

40º Encontro Anual da Anpocs

ST09 Democracia e desigualdades

**O aparecer das sertanejas como sujeitos políticos em meio a
assimetrias e violências: relatos e imagens de si no Facebook**

Tamires Ferreira Coêlho

Resumo: Nossa pesquisa trata da conexão e adesão de sertanejas ao Facebook, focando nos usos, apropriações e na expressão de si dessas mulheres. A exposição do que pensam leva em conta sua realidade, as possibilidades que enxergam para o contexto no qual vivem, mas também a certeza de que estão sendo vigiadas (se não tão claramente pelos dispositivos digitais, certamente por aqueles que as cercam presencialmente). A escrita de si é construída de modo que fotos e compartilhamentos diversos não podem ser analisados isoladamente, mas sim como elementos de uma arquitetura discursiva específica. Consideramos que a produção dessa aparição das sertanejas, em contextos nos quais ser mulher implica conviver com opressões, pode ser uma espécie de protesto do invisível, gestando um aparecer político em que as imagens por elas produzidas podem representar uma liberdade de enquadramento, de formas de enunciação, que – ainda que visem a apreciação do outro – proponham uma autonomia, um sentimento de ser agentes criadoras do traçado do seu “ser no mundo”, ao elaborarem um olhar, um enquadramento e uma narrativa sobre si mesmas.

Palavras-chave: Sertanejas; Violências; Imagens; Escrita de si; Gênero.

Aspectos para entender o fenômeno pesquisado

Nossa reflexão é fruto de uma pesquisa sobre a exposição e aparição de mulheres do Sertão no Facebook, mais especificamente de Guaribas-PI. Nosso contato com as sertanejas conectadas se deu tanto no Sertão, questionando, entrevistando e tentando compreender presencialmente como e em que condições elas utilizam o Facebook, quanto digitalmente, atentando para as interações, conteúdos e ferramentas usadas online.

Consideramos a esfera de aparição ao construírem e enunciarem as “vidas precárias” (BUTLER, 2015; 2004), ou “a condição de estar condicionado, na qual a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2015, p. 33), relacionada à construção de narrativas de si e sua relação com a autonomia e a subjetivação. Estamos conscientes de que nossos enquadramentos, enquanto construtores de conhecimento científico,

são também operações de poder e delimitam a esfera de aparição dessas mulheres (BUTLER, 2015).

Buscamos entender o que seria realização (autorrealização/emancipação) e autonomia para essas mulheres, a partir da possibilidade e da potência do Facebook em ajudar na construção de sujeitas políticas no contexto de Guaribas. Ao mesmo tempo, não deixamos de considerar que esses processos não necessariamente se iniciam com as redes sociais (nem só existem nelas), já que a construção de autonomia e de subjetivação precede a chegada das tecnologias digitais.

Acreditamos na importância de investigar como as mulheres de uma região com tantas carências comunicacionais, que tiveram contato recente com a TV e a internet – a partir da expansão da oferta de energia elétrica no Sertão –, têm agora a possibilidade de conexão com boa parte do mundo utilizando uma rede social tão popular quanto o Facebook. Mais do que isso, consideramos importante conhecer a natureza dessa apropriação e exposição com vistas a perceber possibilidades de constituição dessas mulheres enquanto sujeitas de palavra na ordem do discurso e do registro do visível, oportunidades de desenvolvimento de uma criatividade enunciativa e narrativa.

A decisão de pesquisar mulheres surgiu, dentre outros fatores, porque o Sertão é uma região marcada por traços culturais ainda muito atrelados ao machismo e a tradições patriarcais. É frequente a existência de locais, como na cidade de Guaribas-PI, em que o uso de redes sociais por mulheres ainda passa pelo crivo dos maridos ou companheiros, que muitas vezes mantêm seus perfis online e não permitem elas criem os seus.

Apesar de podermos visualizar um contexto de maior autonomia financeira das mulheres, a partir da renda obtida por meio de benefícios e programas sociais do governo federal, isso não significa que haja a plena igualdade, ou que a desigualdade de gênero tenha se extinguido. As mulheres empobrecidas estão envoltas em um contexto de desvalorização, em que a conquista da cidadania e do reconhecimento social tem que superar muitos obstáculos (SOUZA, 2006; MARQUES, 2007) atrelados a

desigualdades econômicas, de gênero, e, no caso de nossa pesquisa, também passando por questões geográficas. Falar de gênero implica abordar o âmbito da produção simbólica, de valores e convenções (sobre o que é feminino ou masculino, por exemplo), tomando-o como um princípio fundador e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder (BONETTI, 2009, p. 217).

O problema do acesso das mulheres à palavra pública é historicamente construído, a partir de silêncios e restrições que se acumularam (e, por vezes, se sofisticaram), resultando nas limitações ainda existentes para a livre expressão de mulheres contemporâneas. De acordo com Perrot (2005),

O que é recusado às mulheres é a palavra pública. Sobre ela pesa uma dupla proibição, cidadã e religiosa. “Não permitis que uma mulher fale em público, abra uma escola, funde uma seita ou um culto. Uma mulher em público está sempre deslocada”, diz Pitágoras. As mulheres, no entanto, são o coro da cidade; requisitadas, elas aclamam os heróis, lamentam-se nos cortejos fúnebres; mas sempre em grupo anônimo e não como pessoa singular. (p. 318).

Não acreditamos que o acesso e as interações via redes sociais sejam previstos ou esperados para mulheres sertanejas do Piauí, sobretudo quando falamos daquelas que ainda não possuem energia elétrica residencial, um computador portátil ou condições confortáveis de moradia, em uma condição de empobrecimento. As condições adversas não são suficientes para impedi-las de interagir, de consumir e de se mostrar nas redes sociais.

Apesar de estatísticas e pesquisas quantitativas conseguirem mapear e descobrir dados referentes ao acesso dos indivíduos à internet e às novas tecnologias de comunicação, pouco se sabe sobre os usos e os fatores relacionados às formas de apropriação da internet por pessoas, sobretudo mulheres, que residem em cidades do Sertão Nordestino. Mas sabe-se menos ainda sobre como essas mulheres pobres redefinem a si mesmas no gesto político e criativo de narrarem-se a si mesmas, de construir enunciados próprios para suas vidas e aventuras, afastando-se de discursos prontos que as devolvem à condição subalterna e doméstica. Habitar outros discursos,

outras imagens e poder, afinal, ser habitada por outras imagens e discursos que circulam e se fazem presentes no espaço virtual. Ter acesso à rede não é só ter acesso à tecnologia para subvertê-la, por exemplo, mas é ter acesso a uma cena em que a aparição dos corpos, a enunciação de narrativas e o registro do cotidiano escapam a um trabalho restrito com a linguagem, ampliando o escopo de criação, trazendo o excesso (de imagens e de palavras) para a vida e o viver dessas mulheres. Sabemos que a economia de palavras e de enunciados é uma das ações que conduz o enraizamento da subalternidade, da opressão e do aniquilamento do ser.

Violências e assimetrias no cotidiano em Guaribas

A máxima “Guaribas é só pros guaribenses”, ouvida durante uma entrevista, nos remete tanto a uma dificuldade de adequação à cidade por parte de quem vem de outros lugares, quanto a uma naturalização de problemas locais por seus habitantes. Não apenas pelas inúmeras dificuldades estruturais na cidade, que não atraem moradores de outras regiões nem fazem da cidade um destino interessante para turistas, mas também porque ela é de fato ingrata e difícil para *as guaribenses*. Além de ser uma região onde, de acordo com depoimentos coletados com as mulheres entrevistadas, há muitos suicídios, principalmente de mulheres (uma das muitas consequências da pressão imposta sobre elas), o porte de armas acentua os índices de violência doméstica, e há benefícios do Bolsa Família direcionados irregularmente para o nome de homens, configurando um cenário de protecionismo explícito aos homens e de misoginia, com muitos problemas velados e negligenciados.

Existem também mecanismos culturais bastante singulares de incentivo à infidelidade masculina e de “aprisionamento” e exploração das mulheres dessa região, práticas não muito populares em outras cidades do Sertão piauiense. Na época dos festejos do mês de junho, quando é comemorada a novena do padroeiro da cidade (Santo Antônio), com eventos,

festas e atividades voltadas à comunidade, muitas mulheres casadas podem frequentar apenas um dia de festa, conforme a permissão dos maridos e sem sua companhia. Nos demais dias, eles vão sozinhos às festas e são comuns os casos de infidelidade e de agressão. Marina (34 anos), moradora de uma casa “bem fracazinha” (humilde) de dois cômodos em Cajueiro, pequena comunidade no interior de Guaribas, agricultora beneficiada pelo programa Bolsa Família (que está no nome do marido), sofre de doença de Chagas e alguns problemas psíquicos, decorrentes de uma vida cheia de traumas e de violência doméstica. Ela é uma das mulheres sem acesso à rede social, mas que não só identifica injustiças no cotidiano da região onde vive, como é uma das mulheres resistentes às normas e valores ali vigentes.

“Eles vai pra festa, eles vai pra se adivertir, a mulher fica em casa. Quando chega, muitos deles, se não tiver tudo em dias ou comidinha boa eles ainda vai querer bancar gostoso em cima da mulher, bate nelas. Aqui ainda bate, a maioria dos homens vai e bate mesmo, e humilha, vai pra festa... lá eles pinta e borda, namora, bebe, dança e a mulher fica em casa. A maioria faz isso. É difícil ter um que leva a mulher pra festa. Às vezes tem delas que vai por conta, mas quando chega eles batem. As mulher aqui não têm direito. Eles fala que é uma lei que eles nunca vai cumprir [Lei Maria da Penha]. Eles nunca vão parar de bater e nem nunca vai deixar a mulher ir se adivertir também. Às vezes tem deles que leva a mulher, chega lá deixa a mulher lá num canto e vai de adivertir com os outros colegas e ela fica pra lá, sentada. Ai delas se for dançar ou beber mais alguém. [...]

Você acha que ela [referindo-se a uma professora e vereadora] pega no dinheiro dela? É o marido que administra tudo. E quando tem uma festa ou uma coisa, ou ela quer uma coisa pra botar dentro de casa, ele ainda não quer. Ela compra, mas é ele brigando. Até apanha. Mesmo sendo isso tudo, a gente ainda sabe que ele bate, esfrega o revólver nela. Eu já cheguei até a falar pra ela: 'cumade, eu gosto muito, ele é até meu parente, mas eu não guento não. Você tem seu direito'. Se fosse o meu [marido] hoje, naquele tempo ele fazia, ele me batia também. Batia muito. Ele me riscava de faca. Ele me trancava dentro de casa, mas hoje ele não faz mais não. Quem é ele? Às vezes quando eu tô muito estressada e começo a brigar, ele só sai fora” (MARINA, 22/04/15).

Além disso, é comum encontrar mulheres que trabalham em jornada dupla ou tripla (trabalhando fora de casa, geralmente na informalidade, ou plantando em roças, dedicando-se a atividades domésticas e à criação dos filhos) e que acumulam as responsabilidades financeiras da família, enquanto

os maridos não contribuem com os afazeres domésticos ou com a renda: muitos são dependentes do álcool e naturalizam a exploração de suas esposas, como explica Marina:

“A maioria das mulher aqui trabalha mais de que os homens. O que é certo é certo. As que têm serviço assim, pela prefeitura, vai trabalhar. Aí quando elas chegam, o esposo não tá trabalhando, vai que tá na rua, tá pintando alguma coisa, tá bebendo, tá num barzinho, tá jogando... A merma coisa das de roça também. É assim. Aí as mulher não guenta ficar parada. Aí a maioria aqui vive mermo é elas se virando, com qualquer uma coisa. Elas sai revendendo uma coisa, pra ganhar uma comissão. Outras vai fazer um crochê, outras vai ali trabalhar pra uma pessoa, ganhar uma diária, lavar uma roupa pra uma professora, alguma coisa pra poder ganhar pra num depender de homem. Acho que aqui, acho que as mulher nenhuma depende de homem. É poucas. Porque às vezes se ele faz uma coisa hoje, aí amanhã vai querer jogar [jogar na cara das esposas]. Aí as mulher não quer. Aí a maioria das mulher mermo trabalha pra se manter. E às vezes até a gente e os próprio filho, pra comprar um calçado, uma roupa, uma coisa. Pra comprar coisa pros filho aqui não. Os homem aqui não [ajudam]. Nem mesmo que eles tenham salário. Essa tradição aqui é no povoado todo, na comunidade inteira. Porque você mora tudo próximo, aí você vai conversando uma com a outra, vai passando, aí ninguém sabe qual é a que tem a vida pior de que a outra [...]

Depois que eu vivo doente, não planta mais pra vender não que não tem como eu colher e ele também não vai só. O homem não vai pra roça sem a mulher. Pra colher, não vai sem a mulher. Se a mulher não for, deixa perder lá, mas eles não vai. Tem deles que até pra capinar tem que levar a mulher. É preferível eles ir prum pé de pau, prum pé de árvore desses ou ir prum bar beber e jogar dominó. Acho que aqui a região inteira é assim” (MARINA, 22/04/15).

Uma das práticas mais opressoras e marcantes da região de Guaribas é o “casamento roubado” de crianças e adolescentes. Diferentemente do “casamento pedido”, o rapto de meninas não conta com autorização familiar (embora haja negligência e naturalização da prática) e é, de fato, uma versão do que o código penal classifica como “estupro de vulnerável”. As meninas em Guaribas são geralmente mantidas em casa sem muito convívio social, de forma que os pais limitam muito os locais que podem frequentar, assim, muitos homens aproveitam-se disso para convencê-las a fugir com eles, com promessas de liberdade e de maior autonomia para que elas decidam sobre suas vidas.

Após a fuga, alguns soltam fogos de artifício na cidade, para que todos saibam que uma menina foi roubada naquela noite. Na prática, a maioria desses companheiros as rapta para outras cidades e impede que elas continuem a frequentar a escola, mantendo-as presas em casa e sob suas ordens. Se elas tentam voltar para casa, muitos pais não querem aceitá-las, pois não são mais virgens e são uma “desonra” para a família (embora algumas mães, como Marina, já tenham enfrentado os maridos e recuperado suas filhas na contramão das tradições). Assim, perpetua-se uma dominação social masculina, a partir da qual muitas meninas crescem encarceradas, impedidas de desenvolver habilidades e de exercer direitos. Isso também alimenta estigmas associados às jovens que alcançam a maioridade sem um relacionamento estável, estando “velhas para casar”.

Marina nos elencou pequenas mudanças, diante da perpetuação de uma vida dura para as mulheres no Vale do Guaribas, como o fato de alguns maridos buscarem uma parte da roupa lavada, quando elas têm que lavar em grande quantidade, mas, ao mesmo tempo, não idealiza nem tem muitas expectativas de mudança: “Mas isso aí é poucos e é uma vez por semana ou por ano [risos]. É raro. A vida das mulher aqui é sofrida” (MARINA, 22/04/15). Na entrevista, ela falou de mudanças que ela têm imposto em casa, sobretudo com as filhas, quando as deixa saírem para algumas festas, a contragosto do marido, ou vai com as filhas para essas festas, inserindo um pouco mais de liberdade na vida das jovens, para que elas não sejam vítimas de práticas como o casamento roubado e tenham consciência das desigualdades e opressões na vida conjugal.

O papel de mãe é, em geral, o papel em que as mulheres guaribenses mais depositam expectativas e alegrias, e Marina não foge disso. Ela não se considera feliz no casamento e enxerga inúmeros obstáculos à felicidade das mulheres no casamento enquanto os homens não mudarem, embora acredite que a única coisa boa na vida tenha sido seus filhos (frutos do casamento), o que corrobora com alguns pressupostos patriarcais, mas que também foge às expectativas de uma vida infeliz e submissa. Consideramos que o enaltecimento desse papel materno pode ser também uma forma de

subversão e resistência à violência doméstica que faz não só das mulheres, mas também dos filhos, vítimas recorrentes. Percebemos que é comum que as ações de resistência em Guaribas sejam inicialmente forjadas na proteção aos filhos, como é também o caso de Cássia (36 anos), agricultora e mãe de três filhos, e de Viviane (34 anos), também agricultora e mãe de três filhos. Como Marina, Cássia e Viviane também moram em comunidades no interior do município, já foram vítimas de violência doméstica e não têm acesso a redes sociais.

O marido de Cássia viaja sazonalmente a Guaribas, mora em São Paulo e tem lá uma família extraconjugal, para onde queria levar o cartão do Bolsa Família, até então em seu nome. O marido de Viviane não ajuda com a renda familiar, é alcoólatra, já ameaçou a mulher e os filhos de morte e já quebrou eletrodomésticos em casa com a motocicleta, o único meio de transporte da família. Ambas entraram em confronto com os maridos e as famílias deles (é comum que elas tentem interceder em prol do homens, quando são postos para fora de casa), sobretudo para proteger seus filhos. No caso de Cássia, a família do marido escondeu o cartão do Bolsa Família até que ela conseguisse transferir o benefício para seu próprio nome e recuperasse o valor simbólico mensal que tanto ajuda na compra de comida e de vestimenta para as crianças. Viviane foi convencida pelos pais do marido (seus vizinhos) a aceitá-lo de volta em casa, sobretudo devido às regras sociais ainda vigentes de manutenção (a qualquer custo) do casamento nessa região. Apesar de disporem de casas pequenas com poucos cômodos, ambas dormem com seus filhos em quartos separados dos de seus maridos nas suas humildes moradias, limitando as relações afetivas e sexuais quando são socialmente impelidas a manter as relações contratuais (e patriarcais) do casamento.

A exposição e as narrativas de si feitas por algumas mulheres guaribenses entrevistadas e observadas no Facebook, apesar de estarem bastante vinculadas ao que já foi apontado por mulheres sem acesso a essa rede social, ganham outros contornos e visibilidades. O acesso das mulheres entrevistadas ao Facebook se dá pelo celular ou por computadores em locais

de acesso público limitados, mas também pode ser feito em dispositivos de amigas e familiares. Muitas mulheres não usam Facebook ou usam sem “permissão” por proibição dos maridos. Ao mesmo tempo, muitos homens casados usam a rede social e não permitem que suas mulheres tenham acesso.

Problemas como o *bullying*, que já aconteciam nas escolas e em grupos de crianças e adolescentes na cidade, atingindo sobretudo as meninas, também podem ganhar força com os usos do Facebook e de outras redes e aplicativos. É comum também ouvirmos, nas entrevistas, mulheres contando sobre casos de *revenge porn*¹ (pornografia de vingança) em redes sociais, e aí ganha destaque o uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Em geral, as grandes vítimas desses crimes são mulheres.

No entanto, os relatos que ouvimos também falam de sonhos, que são por vezes estimulados pelo contato com outras pessoas na internet, seja para fomentar um fluxo migratório ainda existente - o sonho da cidade grande, de mudar-se para grandes metrópoles como São Paulo ou Brasília -, seja para sair à procura de alternativas de relacionamento afetivo, seja para viajar, estudar, conhecer lugares e pessoas diferentes.

Exposição de si: a construção de relatos e imagens no Facebook

A escrita de si através das postagens evidencia elementos dramáticos ou experiências pessoais que trazem consigo argumentos, ainda que nem sempre explicitamente. A exposição do que pensam leva em conta sua realidade, as possibilidades que enxergam para o contexto no qual vivem (pautadas também no que absorvem no contato com outras pessoas, digital ou presencialmente), mas também a certeza de que estão sendo vigiadas (se não tão claramente pelos dispositivos digitais, certamente por aqueles que as cercam presencialmente).

¹ Exposição de imagens íntimas de terceiros sem autorização.

A exposição do corpo, dos desejos, da rotina, das inquietações e de um não enquadramento em papéis socialmente impostos, por meio das fotos (agora digitais e amplamente disseminadas na rede), ainda gera um medo, que motiva restrições e proibições de uso de redes sociais e *smartphones* por muitos maridos, por exemplo. Esse medo não é gratuito: fotografar, enquadrar, publicar são ações que podem implicar também, ainda que inconscientemente, certa liberdade de ação e de expressão de si, sobretudo quando a construção do rosto da sertaneja foge aos padrões patriarcais e, de forma similar ao século XIX, quando a relação entre as mulheres e suas fotos pode apontar para uma existência que transcende as atividades domésticas (POHLMANN; GALIFOT; ROBERT, 2015) e que visibiliza o “ser mulher” performado. Na exposição e no “aparecer”, enquanto gestos políticos, os indivíduos se constituem em sujeitos capazes de desenvolver capacidades enunciativas e demonstrativas de reconfigurar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos. A imagem pode, simultaneamente, aproximar e separar: se ela “produz uma ligação entre sujeitos separados, entre sujeitos da desligação, ela assegura a distância que os separa, preservando-os de qualquer fusão identificadora ou massificante” (MONDZAIN, 2011, p.124).

Algo que nos chama atenção em relação à construção do rosto das sertanejas através das imagens e depoimentos no Facebook é o caráter ambíguo revelado na escrita de si: há tanto uma certa humanização, uma multiplicidade de faces que constitui e ajuda a pluralizar um termo tão homogeneizado (“sertanejas” são parte de um clichê reproduzido por anos sobre o Nordeste), quanto um movimento de, na tentativa de ser aceito como o outro, aderir a padrões estéticos e valorativos hegemônicos que obscurecem elementos identitários e biográficos, numa tentativa de mostrar, ainda que apenas na aparência mais superficial, um movimento por aceitação e reconhecimento social. Temos códigos fotográficos ressignificados, associados ao fenômeno das selfies, mas temos ainda a evidência da busca de um padrão de beleza feminino (por vezes inviável) e a adesão a maneiras de performar que aproximam essas mulheres de um comum que poderia, em certa medida, descaracterizá-las. É importante mencionar que as imagens

ajudam a compor perfis de Facebook que possuem traços identitários. A escrita de si é construída de modo que fotos e compartilhamentos diversos não podem ser analisados isoladamente, mas sim como elementos de uma arquitetura discursiva específica.

Fábia (33 anos), beneficiária do Bolsa Família, mãe de três filhos, é separada do marido e sabe bem o que é ser alvo de preconceitos. Ela faz “bicos” como empregada doméstica e, após a separação, vive com a mãe, a irmã e os filhos na casa da mãe dela. Casou-se aos 16 anos e voltou a estudar após o rompimento com o ex-marido. “Se não fosse esse benefício, eu não sei nem o que seria de mim. Porque pra gente trabalhar, viver da casa de família, pra ganhar 150 [reais], pra colocar o alimento dentro de casa, vestir as crianças, calçar... não daria. E esse benefício ajuda na educação, ajuda no alimento, no vestir...” (FÁBIA, 23/04/15).

Fábia se considera feliz na rede social (em frases e fotos) e reafirmou isso na entrevista, apesar dos preconceitos que sofre por não ser mais casada, o que provavelmente está ligado a uma série de mensagens que ela compartilha de autoajuda e de conteúdo religioso e/ou bíblico. Sua exposição no Facebook geralmente é constituída por roupas (como um uniforme de policial) que ela parece gostar (e que se repetem), por sorrisos, gestos (como fazer o símbolo do coração com as mãos ou tirar uma foto em uma paisagem com os braços abertos, sugerindo liberdade). Associando sua performance online aos relatos obtidos na entrevista, apesar de ela não usar tão frequentemente a plataforma quanto outras mulheres entrevistadas (o que depende bastante de seu acesso aos computadores do Espaço do Banco do Nordeste), parece que há uma tentativa de busca por uma “outra Fábia”, de quem ela afirma que gostava mais, por traços identitários que se modificaram com as responsabilidades (casamento e maternidade) que ela adquiriu com os anos. “Antes de eu casar eu era feliz. Eu era muito feliz. Minha infância, pra mim, foi excelente. [...] Na parte do casamento eu não fui feliz” (FÁBIA, 23/04/15).

Há desde um posicionamento contra a forma com a qual são retratadas, gerando um conflito entre a representação midiática que essas

mulheres têm, quanto uma tentativa de descrever quem e como é essa mulher sertaneja. Um fator a ser considerado é a distância existente entre as características elencadas pelas mulheres entrevistadas/observadas e as eleitas pelos meios de comunicação como estereotípicas dessas mulheres: se os meios de grande visibilidade as mostram enquanto pessoas sem instrução, sem uma perspectiva de vida melhor, com possibilidades limitadas de inserção e de ação social, as mulheres se enxergam como motores sociais, como agentes importantes para o desenvolvimento social, ainda que estejam à margem da política institucionalizada e que sejam inferiorizadas por tradições machistas e patriarcais. Divorciar-se no Sertão, por exemplo, é, para uma mulher, desafiar tradições religiosas e de convivência social. Há uma exclusão sistemática em torno de da mulher divorciada (nos círculos sociais e no mercado de trabalho que já é bastante precário), ainda que o marido a tivesse maltratado ou abandonado anteriormente, como já explicamos.

“Tem muitas pessoas que não reconhecem o valor que eu tenho. Tem muitas pessoas que olha e julga pela aparência, não para pra ouvir nem para analisar se tivesse no mesmo papel que eu estou. Aí já vai julgando, não espera nem a pessoa mesmo se identificar. Já julga de tal forma. Eu acho isso errado. [...] Me julgam porque eu sou separada. Uma mulher não pode olhar pra um homem e sorrir, que já tem um caso. Principalmente com homem casado. A gente é muito julgada. Mas, enfim, sou feliz, graças a Deus.” (FÁBIA, 23/04/15).

Ocorre que há um protagonismo da mulher em tomar uma decisão e em visibilizar alternativas de vida para além do casamento (por vezes opressor), e isso se reflete nas mensagens, nos relatos, nas fotografias compartilhadas. As mulheres por vezes utilizam o Facebook para contatar pessoas distantes do local onde moram, o que se torna essencial em lugares geograficamente isolados ou desfavorecidos, como é o caso de Guaribas-PI. No caso das mulheres divorciadas, esse contato pode também servir para ampliar possibilidades de relacionamento restritas presencialmente pelo estigma do divórcio. Nesse contexto o programa Bolsa Família é fundamental na autonomia financeira das mulheres divorciadas ou das mulheres que decidem divorciar-se.

Por outro lado, esse aparecer no Facebook é constituído também por um papel de mãe que interfere em muitas postagens, sobretudo em fotos com os filhos. Nesse sentido, a experiência da maternidade é bastante próxima do que relatamos anteriormente sobre Marina, e isso é adaptado à exposição na rede. “Ser mãe é a coisa mais preciosa do mundo. Eu não sei nem explicar, pra mim é maravilhoso” (FÁBIA, 23/04/15).

Os traços deixados a partir de imagens publicadas online (objetos culturais em circulação) são inscrições que revelam práticas, olhares e necessidades desses atores (JEANNERET, 2016). O interessante a destacar aqui é que, ao “aparecerem”, os indivíduos produzem uma cena polêmica de dissenso, desencadeiam um processo de subjetivação que, segundo Rancière (2012), inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva (MARQUES, 2014). Isso remete à invenção de novas visualidades e interlocuções nas quais se inscrevem o gesto político e a palavra e nas quais os próprios sujeitos políticos se constituem de maneira performática, ressignificando elementos, como as selfies, que transitam entre o popular e o político.

Fábia usa o Facebook para fazer críticas ao governo municipal, às posturas dos homens nos relacionamentos afetivos, tudo isso associado direta ou indiretamente, a experiências de vida. Ela, apesar de não se exprimir tão bem em palavras escritas na rede social, consegue se expressar muito bem na entrevista, apontando problemas de reconhecimento social, julgamento social por ser divorciada, inclusive classificando isso como uma “violência”. A vida da mulher é difícil, a da mulher separada é ainda mais difícil, porque não ter um homem ao lado é como se ela tivesse disponível para todos os que quisessem. A palavra “mulher” traz consigo uma conotação ruim nesse contexto. E não há um respeito às singularidades de cada uma: uma mulher não pode não gostar de cozinhar, ela precisa fazer e não pode reclamar. Parece-nos que o exercício de expressão nas redes fez com que ela refletisse sobre as mudanças subjetivas nela mesma, com que ela conseguisse comparar momentos e faces de sua personalidade em diferentes momentos da vida. A mulher deve ter sua palavra considerada porque ela tem

papéis sociais muito importantes e não é reconhecida na dimensão de seu esforço, seja na roça, em casa – quando muitas vezes os homens não fazem nada, não ajudam em casa nem financeiramente, nem em termos de funções do lar.

Há também reprodução de discursos machistas em alguns momentos. A autonomia gerada pelo exercício da escrita de si e pela conversação online não faz com que essas mulheres estejam conscientes e resistentes o tempo inteiro, mas gera autoconhecimento e desenvolve habilidades e estratégias, como é o caso de Paula (32 anos), mãe de dois filhos e funcionária do Espaço Banco do Nordeste de Guaribas, que teve desentendimentos com o marido por conta do Facebook e, decidiu excluir o perfil do esposo da rede social como alternativa aos conflitos e à tentativa de limitação de como e do quê ela expõe na rede.

A autonomia e o autoconhecimento proporcionados pelo exercício da escrita de si e pela conversação online permite que sejam vocalizadas e endereçadas demandas de reconhecimento que sedimentam as relações éticas e os vínculos morais em contextos do cotidiano. Consideramos que a produção dessa aparição das sertanejas, em contextos nos quais ser mulher implica conviver com opressões, pode ser uma espécie de protesto do invisível, gestando um aparecer político em que as imagens por elas produzidas podem representar uma liberdade de enquadramento, de formas de enunciação, que – ainda que visem a apreciação do outro – proponham uma autonomia, um sentimento de ser agentes criadoras do traçado do seu “ser no mundo”, ao elaborarem um olhar, um enquadramento e uma narrativa sobre si mesmas.

Falar acerca de si mesmas no Facebook implica desafiar os obstáculos cognitivos que se opõem à tomada de palavra das mulheres sertanejas e contribuir para a elaboração de um quadro de linguagem que lhes permita qualificar vivências sociais, identificando algumas como injustas. Mas, falar implica instaurar um ato de fala: fazer-se ouvir não é simplesmente difundir a palavra endereçando-a a ouvidos pretensamente interessados, mas é acionar uma resposta do outro, instaurar um ato de fala, um ato comunicativo. “Por

falar estou apontando uma transação entre o falante e o ouvinte. E mesmo um incrível esforço para falar, usando suas próprias palavras, pode não preencher os requisitos de um ato de fala” (SPIVAK, 1996, p. 289). Dessa forma, é necessário entender que condições interferem no aparecer, no falar de si construído por meio da plataforma do Facebook, tendo em vista acionar feedbacks e interagir a partir de sua existência digital.

O próprio fato de a mulher ter um perfil no Facebook pode simbolizar resistência, quando falamos de um contexto (no Piauí) em que companheiros restringem o uso de redes sociais por parte das mulheres. A não autorização dos homens ao uso dessas redes acentua o isolamento no qual essas mulheres estão imersas, essencializando as relações ao círculo familiar e ao de vizinhança (quando há proximidade geográfica). O Facebook é visto como uma distração, não permitida, pois pode atrapalhar o papel da mulher enquanto dona de casa, esposa ou mãe. Mas isso não é questionado em relação ao papel dos maridos, por vezes deficiente e precário.

As imagens são elementos bastante interessantes para exploração, em meio às conversações. Muitas imagens desencadeiam interações e posicionamentos. No caso do contato com pessoas geograficamente afastadas, um dos fatores mais frequentes é o desejo de viajar, de conhecer outros lugares, outras pessoas, de ter vivências e experiências em outros cenários.

As redes sociais não inauguram os processos de conversação e de interação entre mulheres, bem como sua resistência às opressões de formações sociais notadamente patriarcais. Ao entrevistar mulheres que não têm acesso à rede, é perceptível que há resistências cotidianas, sobretudo em nome do bem estar dos filhos. No entanto, as mulheres com maior tempo de escolaridade (não coincidentemente) são também as que mais têm probabilidade de administrar um perfil nas redes sociais, e as que acabam se envolvendo mais facilmente em conversações digitais. Apesar de o acesso e a qualidade do ensino ser muito aquém do que se espera, é essa educação formal que poderá estimular inicialmente as habilidades argumentativas das mulheres (a serem desenvolvidas mais tarde nas redes).

Se em Guaribas as meninas casam-se muito cedo e são tolhidas pelos maridos, hoje muitas crianças já têm contato com dispositivos móveis também muito jovens, de forma que o acesso às redes antecede a possibilidade de “rpto/casamento roubado” ou de “casamento pedido”. Claro que, no caso de mulheres adultas, há também redes presenciais a partir das quais umas ensinam as outras como mexer nas plataformas online. No entanto, percebemos que, mesmo com alguma tutoria, as mulheres com menor índice de escolaridade tendem a não desenvolver habilidades e a não explorar possibilidades no Facebook da mesma forma como as que tiveram maior grau de instrução.

Considerações

As imagens de mulheres sertanejas, sejam elas encarnadas em relatos ou fotografias, podem criar, na oportunidade de aparecerem diante do outro sem as mediações de meios hegemônicos, formas interessantes de exposição e enunciação, mas também promovem distanciamento e incompreensão. Um olhar mais superficial pode questionar, inclusive, o que há de valioso na postagem de fotos no *Facebook*, de selfies que poderiam ser de qualquer pessoa, em qualquer lugar. Ocorre que, o que seria banal para qualquer indivíduo que tenha acesso a meios de comunicação há décadas – que tenha acompanhado o processo de adesão a diferentes tecnologias e de acesso à telefonia móvel, após uma anterior popularização da telefonia fixa, da televisão, do rádio etc. – ganha um caráter diferente à medida em que o acesso à energia elétrica de muitas sertanejas observadas nessa pesquisa é recente, e que a forma de apropriação de diversos meios (que chegam simultaneamente) ocorre de maneira singular.

Em um contexto presencial no qual há muito pouco espaço de expressão e no qual as mulheres não são estimuladas a argumentar, mas a obedecer, ganhar exposição e visibilidade a partir de fotografias compartilhadas na rede, ganhar existência digital e poder interagir com

diversas pessoas parece fascinante, ainda que todo esse processo seja permeado por vigilâncias e limites (em termos de arquitetura da rede social e de competências de uso das tecnologias). A imagem pode conferir rosto a um indivíduo, tornando-o sujeito a nossos olhos (a humanização depende do enquadramento que recorta a imagem) e, por isso, por permitir sua aparência, faz emergir o lugar da comunicação, da reciprocidade. Mas ela também produz a (in)comunicabilidade: um rosto que se nos apresenta via imagem pode, ao mesmo tempo, revelar um “em comum”, um incomum e uma parte de outrem que não se deixa apreender, que não consegue traduzir-se em comunicação.

A aparição por meio de imagens pode propor uma autonomia, um sentimento de serem agentes criadoras do traçado do seu “ser no mundo”, ao elaborarem um olhar, um enquadramento e uma narrativa sobre si mesmas. O papel e o estatuto político das imagens evidenciam também uma mise-en-scène estética. Refletir sobre a exposição no Facebook é explorar um potencial emancipador das mulheres na rede social, uma cena dissensual e potencialmente resistente.

A produção de rostos e imagens, existindo digitalmente diante de um contexto autoritário pode ser encarada como um protesto insivível, como forma de aparecer politicamente, desde as configurações opressoras de culturas como a da Síria até as que são próprias do Sertão. A imagem (rostificada ou não) pode aparecer como vetor de contestação, como produção de si e de um espaço político, pode ter função subversiva, mas pode também reforçar regime institucionalizado. O agir político dessas mulheres não repousa necessariamente apenas na questão de os dominados terem consciência da dominação, mas de darem visibilidade a outras coisas que não a dominação, como fazem as mulheres sertanejas.

Referências

BONETTI, Aline. Sermerssuaqs cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro. In: TAQUETTE, Stella Regina (org.). **AIDS e juventude: gênero, classe e raça**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Precarious Life**. London: Verso, 2004.

JEANNERET, Yves. **Enjeux de pouvoir et médiations de la communication**. Université Paris-Sorbonne, 2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **O processo deliberativo a partir das margens: o programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias**. Tese (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. In: **Discursos fotográficos**, Londrina, v.10, n.17, p.61-86, 2014.

MONDZAIN, Marie-José. Nada, tudo, qualquer coisa. Ou a arte das imagens como poder de transformação. In: **A República por Vir: Arte, Política e Pensamento para o Século XXI**, ed. Leonor Nazaré e Rodrigo Silva. Lisbonne: Fondation Calouste-Gulbenkian, 2011, p. 103-128.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

POHLMANN, Ulrich; GALIFOT, Thomas; ROBERT, Marie. **Who's Afraid of Women Photographers? 1839 to 1919**, Musée de l'Orangerie, Paris, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte:
Editora UFMG, 2006.